

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do resumo do relatório do Comitê de Auditoria, referente às atividades da MAPFRE Saúde Ltda. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pelos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos RN nº 435/2018.

A MAPFRE Saúde Ltda. encerrou o exercício de 2018 com R\$ 62,1 milhões (R\$ 69,5 milhões em 2017) de receitas com operações de assistência à saúde.

A Administração da MAPFRE Saúde Ltda., acompanha os negócios e resultados gerados anualmente pela Operadora e planeja novas ações empresariais com vistas à redução do prejuízo acumulado e início da lucratividade da Operadora. Dentre as ações, destacamos: redução de custos administrativos, novos canais de distribuição, novos modelos de negócio, bem como a busca por novos parceiros estratégicos. Em 05 de novembro de 2018, os acionistas aumentaram o capital em R\$ 11 milhões e, consequentemente, reafirmaram o compromisso no

atendimento da regulação e no equilíbrio dos negócios.

A Operadora declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na rubrica "Títulos mantidos até o vencimento".

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 26 de março de 2018.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em

	Nota	2018	2017
Ativo circulante		23.139	24.163
Disponível		2.107	60
Bancos		2.107	60
Realizável		21.032	24.103
Aplicações	5	14.132	16.585
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		3.692	3.494
Aplicações livres		10.440	13.091
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	4.746	6.242
Contraprestação a receber		4.746	6.242
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionada com planos de saúde da operadora		60	42
Créditos tributários e previdenciários	13b	15	15
Bens e títulos a receber	7	2.079	1.219
Ativo não circulante		9.650	8.101
Realizável a longo prazo		9.635	7.495
Aplicações	5	2.674	1.114
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		253	241
Aplicações livres		2.421	873
Créditos tributários e previdenciários	13b	6.961	6.381
Imobilizado		15	21
Imobilizado - hospitalares/odontológicos		2	2
Imobilizado - não hospitalares/não odontológicos		13	19
Intangível		-	585
Total do ativo		32.789	32.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Passivo circulante		9.831	9.343
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	8	5.496	4.815
Provisão de eventos a liquidar		5.209	4.511
Provisão de eventos ocorridos e não avisados		287	304
Débitos de operação de assistência à saúde não relacionada com planos de saúde da operadora		2	-
Tributos e contribuições a recolher	9	2.520	313
Débitos diversos	10	1.813	4.215
Patrimônio líquido	11	22.958	22.921
Capital social		75.500	64.500
Prejuízos acumulados		(52.542)	(41.579)
Total do passivo e patrimônio líquido		32.789	32.264

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de Janeiro de 2017	37.500	(19.687)	17.813
Aumento de capital em 16 de junho de 2017 - 11ª alteração do Contrato Social	12.000	-	12.000
Aumento de capital em 29 de setembro de 2017 - 12ª alteração do Contrato Social	15.000	-	15.000
Prejuízo do exercício	-	(21.892)	(21.892)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	64.500	(41.579)	22.921
Aumento de capital em 05 de novembro de 2018 - 14ª alteração do Contrato Social	11.000	-	11.000
Prejuízo do exercício	-	(10.963)	(10.963)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	75.500	(52.542)	22.958

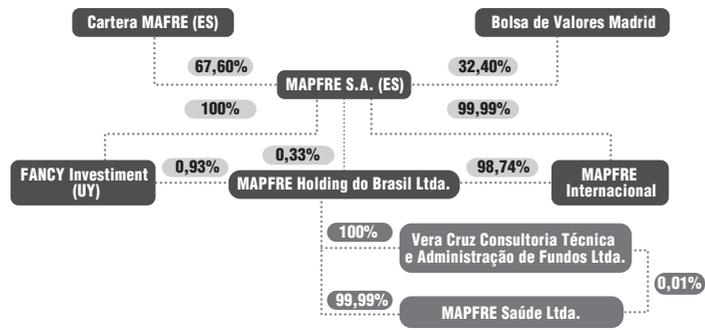
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Saúde Ltda. (doravante denominada por "Operadora"), é parte do GRUPO MAPFRE, sociedade limitada, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a operar em todas as modalidades de seguros no ramo de assistência à saúde, e em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Operadora é Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ nº 15.300.953/0001-42. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, com sede em Madrid, Espanha.

Em 31 de dezembro de 2018, a estrutura em que a Operadora está inserida é a seguinte:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 290/2012 e alterações subsequentes. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 26 de março de 2019. **b) Continuidade:** A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Operadora é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendados pela ANS, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Nota 5 - Aplicações; e • Nota 8 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Operadora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2019, dentre aquelas que podem ser relevantes, encontra-se: **CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9)** - Substitui as orientações existentes no CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma

mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O CPC 48 (IFRS 9) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao CPC 48 (IFRS 9), de forma que a entidade mantenha a aplicação do CPC 38 (IAS 39) para os períodos anuais até antes de 1º de janeiro de 2021. Tal tratativa foi divulgada pelo CPC por meio do Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. **CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil** - O CPC 06 (R2) (IFRS 16) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos mercantis. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Operadora. O novo pronunciamento altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias. O CPC 06 (R2) (IFRS 16) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. **IFRS 17 - Contratos de seguros** - A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Operadora. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021. Os normativos, CPC 48 (IFRS 9), CPC 06 (R2) (IFRS 16) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas. **Resolução Normativa - RN nº 442/2018** - Esta Resolução Normativa altera a RN nº 393/2015, que dispõe sobre critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem observadas pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, a partir das demonstrações financeiras do exercício de 2020, principalmente pela constituição de Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados ocorridos no SUS - PEONA SUS e pela constituição da Provisão para Insuficiência de Contraprestações/Prêmio - PIC.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Bancos:** São representados por depósitos bancários sem vencimento, que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pela Operadora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Aplicações e instrumentos financeiros:** A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Operadora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i.* **Ativos financeiros mensurados pelo valor**

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2018	2017
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		60.754	67.695
Receitas com operações de assistência à saúde	12a	62.136	69.477
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	12b	(1.382)	(1.782)
Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos		(56.592)	(62.563)
Eventos conhecidos ou avisados	12c	(56.609)	(62.595)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		17	32
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		4.162	5.132
Receitas de assistência à saúde não relacionada com planos de saúde da operadora		139	96
Receitas com operações de assistência médica-hospitalar		139	96
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde		(324)	(9.766)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(167)	(4.591)
Provisão para perdas sobre créditos		(157)	(5.175)
Outras despesas da operação de assistência à saúde não relacionada com planos de saúde da operadora		(120)	(80)
Resultado bruto		3.857	(4.618)
Despesas de comercialização		(12)	(212)
Despesas administrativas	12d	(14.333)	(17.160)
Despesas com tributos	12e	(648)	(529)
Resultado financeiro	12f	682	730
Receitas financeiras		861	1.114
Despesas financeiras		(179)	(384)
Resultado patrimonial		(509)	9
Receitas patrimoniais		2	10
Despesas patrimoniais		(511)	(1)
Resultado antes dos impostos e participações		(10.963)	(21.780)
Impostos diferidos		-	(112)
Resultado líquido		(10.963)	(21.892)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Resultado líquido do exercício	(10.963)	(21.892)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	(10.963)	(21.892)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de planos de saúde	61.792	62.194
(+) Resgate de aplicações financeiras	43.424	53.239
(-) Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(55.894)	(64.542)
(-) Pagamento de comissões	(12)	(202)
(-) Pagamento de pessoal	(2.209)	(2.734)
(-) Pagamento de serviços de terceiros	(10.221)	(14.505)
(-) Pagamento de tributos	(3.744)	(3.631)
(-) Aplicações financeiras	(41.859)	(57.629)
(-) Outros pagamentos operacionais	(17)	(258)
Caixa líquido consumido das atividades operacionais	(8.740)	(28.068)
Atividades de investimentos		
(+) Recebimento de venda de ativo imobilizado - outros	-	77
(-) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - outros	-	(31)
(-) Pagamento relativo ao ativo intangível	(213)	(83)
Caixa líquido consumido das atividades de investimentos	(213)	(37)
Atividades de financiamento		
(+) Integralização de capital social em dinheiro	11.000	27.000
Caixa líquido das atividades de financiamento	11.000	27.000
Variação líquida do caixa	2.047	(1.105)
Bancos - Saldo inicial	60	1.165
Bancos - Saldo final	2.107	60
Ativos livres no início do exercício (*)	14.024	10.147
Ativos livres no final do exercício (*)	14.968	14.024
Aumento nos ativos livres	944	3.877

(*) Referem-se ao saldo das contas "Disponível" e "Aplicações financeiras - livres".

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

justo por meio do resultado: São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. **ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. **iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. **iv. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Operadora compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos de operações com planos de assistência à saúde", "Contas a receber de prestação de serviços médico-hospitalar" e "Bens e títulos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **v. Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 5c. **c) Redução ao valor recuperável:** *i.* **Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta reductora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do exercício. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável, previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *ii. Operações com planos de assistência à saúde:* A Operadora reconhece uma Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC sobre os créditos de operações com planos de saúde conforme RN nº290/2012 e alterações quando a inadimplência é superior a 90 dias da data do vencimento do crédito, o montante da provisão corresponderá à totalidade dos valores a receber de determinada empresa, independente de existirem outros valores a vencer do mesmo devedor. *iii. Ativos não financeiros:* Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **d) Créditos de operações com planos de assistência à saúde:** *Saúde:* Os créditos de operações com planos de assistência à saúde correspondem às contraprestações pecuniárias a receber pelas vendas de planos de saúde coletivos, na modalidade pós-pagamento, pelos valores contratuais a receber, referentes ao ressarcimento dos eventos, acrescidos das taxas de administração. *Odontológica:* São receitas provenientes das operações de planos privados de assistência odontológica na modalidade de pré-pagamento, obrigatoriamente apropriadas pelo valor correspondente ao rateio *diro pro rata-die* do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. **e) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos e móveis, máquinas e utensílios. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas de 10% para equipamentos e móveis, máquinas e utensílios. **f) Ativos intangíveis:** Compreende os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de “softwares” são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear considerando as taxas de 20% para desenvolvimento de sistemas. **g) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com as legislações e orientações da ANS, cujos parâmetros resumidamente descritos a seguir: A provisão para eventos a liquidar foi constituída com base nos eventos ocorridos e avisados até a data do encerramento do exercício, conforme determinações contidas na RN nº 393/2015 e alterações. Os custos dos serviços prestados são registrados com base nas notificações dos prestadores de serviços da rede credenciada quando da análise da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos, em contrapartida às contas de resultado de “eventos indenizáveis líquidos”. As operadoras devem constituir, mensalmente, de acordo com as determinações da ANS, RN nº 393/2015 e alterações, a Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), facultando às operadoras utilizar percentuais pré-definidos nessa resolução normativa para o cálculo, incluindo na definição as operadoras do segmento odontológico ou odontologia de grupo de pequeno e médio porte. A Operadora, visando o melhor gerenciamento das operações, está em processo de avaliação de metodologia atuarial própria para estimar a PEONA, entretanto face a ausência de experiência que justifique a utilização do cálculo por método estatístico próprio, até a data do encerramento do exercício, foram mantidos os percentuais pré-definidos na RN nº 393/2015 e alterações. **h) Passivos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Operadora, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de dúvidas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. **i) Benefícios aos empregados:** *i. Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. *ii. Obrigações com aposentadorias:* A Operadora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela MAPFRE Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Operadora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante e a Operadora não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. *iii. Outros benefícios de curto prazo:* Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e Administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **j) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **k) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual, excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças

temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Operadora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Operadora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Operadora conta com um sistema de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas globais do GRUPO MAPFRE, o sistema está baseado na gestão de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo estruturado pela Área de Riscos e Controles Internos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A partir da avaliação dos principais riscos e do monitoramento da conformidade, são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Operadora. O objetivo é que oportunidades de melhorias sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores. Como forma de fortalecimento da Governança Corporativa, a Operadora conta com os seguintes comitês: • **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê de Direção, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. • **Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e Controles Internos,

				2018			2017		
	AAA	AA-	A	Sem Rating	Total	AAA	AA-	Sem Rating	Total
Ativos financeiros - Rating	12.701	1.159	233	(5)	14.088	330	15.500	755	16.585
Valor justo por meio do resultado	12.701	1.159	233	(5)	14.088	330	15.500	755	16.585
Fundos de investimentos	-	-	-	-	-	73	-	-	73
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	-	-	-	-	140	221	-	361
Debêntures	522	684	-	-	1.206	-	-	-	361
Letras financeiras do tesouro - LFT	6.783	-	-	-	6.783	-	13.114	-	13.114
Operações compromissadas (*)	5.332	-	-	-	5.332	-	1.903	-	1.903
Títulos da dívida agrária - TDA	-	-	-	-	-	-	7	-	7
Letras financeiras - LF	64	475	233	-	772	117	255	-	372
Fundos de investimentos - abertos/outros	-	-	-	-	-	-	-	757	757
Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	-	-	-	(5)	(5)	-	-	(2)	(2)
Títulos mantidos até o vencimento	2.718	-	-	-	2.718	-	1.114	-	1.114
Fundos de investimentos	2.718	-	-	-	2.718	-	1.114	-	1.114
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1.763	-	-	-	1.763	-	689	-	689
Notas do tesouro nacional - NTN-F	955	-	-	-	955	-	425	-	425
Total	15.419	1.159	233	(5)	16.806	330	16.614	755	17.699

(*) Inclui operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's, Fitch Ratings e Moody's*. A Operadora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Operadora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Operadora.

• **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Operadora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Operadora monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. As aplicações financeiras da Operadora possuem liquidez imediata. A seguir o casamento de ativos e passivos da Operadora:

				2018			2017		
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Disponível	2.107	-	2.107	2.107	-	2.107	2.107	-	2.107
Aplicações	14.132	2.674	16.806	14.132	2.674	16.806	14.132	2.674	16.806
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	4.746	-	4.746	4.746	-	4.746	4.746	-	4.746
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionada com planos de saúde da operadora	60	-	60	60	-	60	60	-	60
Bens e títulos a receber	2.079	-	2.079	2.079	-	2.079	2.079	-	2.079
Total do ativo	23.124	2.674	25.798	23.124	2.674	25.798	23.124	2.674	25.798
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	5.496	-	5.496	5.496	-	5.496	5.496	-	5.496
Débitos de operações de assistência à saúde não relacionada com planos de saúde da operadora	2	-	2	2	-	2	2	-	2
Tributos e contribuições a recolher	2.520	-	2.520	2.520	-	2.520	2.520	-	2.520
Débitos diversos	1.813	-	1.813	1.813	-	1.813	1.813	-	1.813
Total do passivo	9.831	-	9.831	9.831	-	9.831	9.831	-	9.831

de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE. • **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes, avaliar a qualidade do sistema de Controles Internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos, avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. • **Comitê de direção:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Operadora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e níveis de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Operadora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Operadora. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. • **Risco de subscrição:** Está relacionado à possibilidade de ocorrência de um evento que acarrete ou possa acarretar em uma situação econômica contrária quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões técnicas, bem como a probabilidade dos eventos a serem pagos pela Operadora de Planos de Saúde, em um período futuro, ser maior que o montante de contraprestações a ser recebido. A Administração entende que, nos planos de assistência médico-hospitalar, este risco é minimizado uma vez que a modalidade de operação é de planos pós-pagamento. Eventual aumento ou diminuição nos eventos relativos aos planos pós-estabelecidos são refletidos também nas contraprestações, de forma a compensar tal oscilação. Para os planos de assistência odontológica, em que a modalidade de operação é de planos pré-pagamento, os controles estão em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, bem como as diretrizes da Matriz na Espanha. Além disso, possui um Comitê de Riscos e Controles Internos que avalia e acompanha os riscos de todas as linhas de negócio da Operadora com reuniões mensais. • **Risco de crédito:** É o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Operadora. Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do mesmo Grupo Econômico, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política e submete aos Comitês competentes, periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados. **Gerenciamento do risco de crédito:** No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em Títulos de Renda Fixa Público e operações compromissadas com lastro em Título Público Federal como demonstrado no quadro abaixo:

				2018			2017		
	AAA	AA-	A	Sem Rating	Total	AAA	AA-	Sem Rating	Total
Ativos financeiros - Rating	12.701	1.159	233	(5)	14.088	330	15.500	755	16.585
Valor justo por meio do resultado	12.701	1.159	233	(5)	14.088	330	15.500	755	16.585
Fundos de investimentos	-	-	-	-	-	73	-	-	73
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	-	-	-	-	140	221	-	361
Debêntures	522	684	-	-	1.206	-	-	-	361
Letras financeiras do tesouro - LFT	6.783	-	-	-	6.783	-	13.114	-	13.114
Operações compromissadas (*)	5.332	-	-	-	5.332	-	1.903	-	1.903
Títulos da dívida agrária - TDA	-	-	-	-	-	-	7	-	7
Letras financeiras - LF	64	475	233	-	772	117	255	-	372
Fundos de investimentos - abertos/outros	-	-	-	-	-	-	-	757	757
Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	-	-	-	(5)	(5)	-	-	(2)	(2)
Títulos mantidos até o vencimento	2.718	-	-	-	2.718	-	1.114	-	1.114
Fundos de investimentos	2.718	-	-	-	2.718	-	1.114	-	1.114
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1.763	-	-	-	1.763	-	689	-	689
Notas do tesouro nacional - NTN-F	955	-	-	-	955	-	425	-	425
Total	15.419	1.159	233	(5)	16.806	330	16.614	755	17.699

				2017		
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Disponível	60	-	60	60	-	60
Aplicações	16.585	1.114	17.699	16.585	1.114	17.699
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6.242	-	6.242	6.242	-	6.242
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionada com planos de saúde da operadora	42	-	42	42	-	42
Bens e títulos a receber	1.219	-	1.219	1.219	-	1.219
Total do ativo	24.148	1.114	25.262	24.148	1.114	25.262
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	4.815	-	4.815	4.815	-	4.815
Tributos e contribuições a recolher	313	-	313	313	-	313
Débitos diversos	4.215	-	4.215	4.215	-	4.215
Total do passivo	9.343	-	9.343	9.343	-	9.343

Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 6.976 (R\$ 6.396 em 2017) não foram classificados no quadro acima. • **Risco de mercado:** É o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Operadora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. Este risco é mensurado pela área de Riscos, com base em cenários de stress, histórico e na metodologia de *Value at Risk (VaR)*. Diariamente a área de Riscos acompanha os resultados decorrentes do cálculo do *VaR* e verifica a aderência aos limites estabelecidos, os resultados são apresentados mensalmente nas reuniões do Comitê Financeiro, visando identificar eventuais necessidades de realocação de ativos. Porém na ocorrência de extrapolação dos limites definidos, imediatamente os membros dos Comitês competentes são informados para deliberação da manutenção ou encerramento das exposições em risco. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: *i.* taxa de juros e *ii.* cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas da Operadora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação), teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da Operadora foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

				2018		
				Impacto no patrimônio líquido/resultado (bruto de impostos)		
Fator de risco	Taxa de juros e cupons	a) Elevação de taxas	168			
		b) Redução de taxas	(168)			
Parâmetro: 100 <i>basis points</i> nas estruturas de taxas de juros e cupons vigentes. • Risco operacional: É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e a reputação da instituição. Gerenciamento do risco operacional: A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. Dentro desse cenário, a Operadora dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de controle interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus						

MAPFRE Saúde Ltda - CNPJ nº 15.300.953/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas auto avaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados aos responsáveis pelas áreas auditadas, para melhoria de seus processos, bem como para conhecimento do Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. **Gestão de capital:** O processo de gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa, visando proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos do GRUPO MAPFRE, levando em consideração o ambiente econômico e comercial onde atua. Este processo é compatível com a natureza das operações, complexidade e especificidade de cada produto e serviços no mercado de atuação do GRUPO, associado à dimensão da exposição a riscos. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma contínua e visa assegurar que a Operadora mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer face aos riscos, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, em atendimento aos requerimentos regulatórios e/ou aos aspectos de Governança Corporativa. A Operadora acompanha de maneira permanente os limites requeridos (margem de solvência, patrimônio líquido ajustado),

de acordo com as determinações da ANS, RN nº 209/09 e alterações. A seguir detalhamos o cálculo do patrimônio líquido ajustado e margem de solvência na data-base:

Patrimônio líquido	2018
(-) Despesas antecipadas	22.958
(-) Ativos intangíveis	-
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	22.958
Margem de solvência	
(A) Cálculo por contraprestações/prêmios	6.240
(B) Cálculo por eventos/sinistros	9.098
Maior entre (A) e (B)	9.098
Suficiência	13.860

5. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante.

	Hierarquia a valor justo	Vencimento			Valor Contábil (E=A+B+C)	Valor de Curva (F)	Valor justo (G)	Ativos Ganho/(Perda) Não Realizada (G - F)	Total				
		Até 1 ano (A)	Entre 1 e 5 anos (B)	Acima de 5 anos (C)					2018	% (E)	2017	% (H)	
Títulos													
Valor justo por meio do resultado		6.217	4.132	3.739	14.088	14.088	14.088	-	14.088	84%	16.585	94%	
Fundos de investimentos		6.217	4.132	3.739	14.088	14.088	14.088	-	14.088	100%	16.585	100%	
Certificados de depósitos bancários - CDB	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	73	0%	
Debêntures	2	-	1.206	-	1.206	1.206	1.206	-	1.206	9%	361	2%	
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	351	2.693	3.739	6.783	6.783	6.783	-	6.783	48%	13.114	80%	
Operações compromissadas (*)	1	5.332	-	-	5.332	5.332	5.332	-	5.332	38%	1.903	11%	
Títulos da dívida agrária - TDA	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	0%	
Letras financeiras - LF	2	539	233	-	772	772	772	-	772	5%	372	2%	
Fundos de investimentos - abertos/outros	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	757	5%	
Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	2	(5)	-	-	(5)	(5)	(5)	-	(5)	0%	(2)	0%	
Títulos mantidos até o vencimento		44	911	1.763	2.718	2.718	3.025	307	2.718	16%	1.114	6%	
Fundos de investimentos		44	911	1.763	2.718	2.718	3.025	307	2.718	100%	1.114	100%	
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	-	-	1.763	1.763	1.763	1.997	234	1.763	65%	689	62%	
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	44	911	-	955	955	1.028	73	955	35%	425	38%	
Total		6.261	5.043	5.502	16.806	16.806	17.113	307	16.806	100%	17.699	100%	

*Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

b) Movimentação das aplicações financeiras

	2017	Aplicações	Resgates	Rendimentos	2018
Valor justo por meio do resultado	16.585	40.391	(43.603)	715	14.088
Mantidos até o vencimento	1.114	1.468	-	136	2.718
Total	17.699	41.859	(43.603)	851	16.806
	2016	Aplicações	Resgates	Rendimentos	2017
Valor justo por meio do resultado	8.391	57.628	(50.471)	1.037	16.585
Mantidos até o vencimento	4.041	-	(2.993)	66	1.114
Total	12.432	57.628	(53.464)	1.103	17.699

c) Determinação do valor justo: Para fins de gestão, as aplicações financeiras da Operadora são realizadas e registradas por meio de fundos de investimentos exclusivos, cujas cotas são valorizadas diariamente, e disponibilizadas pelas Administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos, que compõem a carteira desses fundos de investimentos, tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão (BM&FBOVESPA), na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação.

6. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

a) Créditos por segmento:

As contraprestações a receber de assistência médica são contabilizadas por ocasião das emissões de cobrança e/ou taxas operacionais senda da modalidade pós-pagamentos. Para assistência odontológica são contabilizados na emissão do contrato, todos com vigência de um mês sendo da modalidade pré-pagamento.

	2018			2017		
	Créditos a receber	Provisão para perdas sobre crédito	Créditos a receber líquidos	Créditos a receber	Provisão para perdas sobre crédito	Créditos a receber líquidos
Assistência médico hospitalar - coletivo	9.682	(5.300)	4.382	10.779	(5.143)	5.636
Assistência odontológica - individual	-	-	-	1	-	1
Assistência odontológica - coletivo	396	(32)	364	637	(32)	605
Total	10.078	(5.332)	4.746	11.417	(5.175)	6.242

b) Movimentação

	Contra-prestações emitidas		Variação de faturas a emitir	Recebimentos	Tributos retidos na fonte	Provisão para perdas sobre créditos (*)	2018
	2017	2018					
Assistência médico hospitalar	5.636	58.796	(32)	(58.178)	(1.683)	(157)	4.382
Saúde coletivo	5.636	58.796	(32)	(58.178)	(1.683)	(157)	4.382
Assistência odontológica	606	3.372	-	(3.614)	-	-	364
Individual	1	4	-	(5)	-	-	-
Coletivo	605	3.368	-	(3.609)	-	-	364
Total	6.242	62.168	(32)	(61.792)	(1.683)	(157)	4.746
	Contra-prestações emitidas		Variação de faturas a emitir	Recebimentos	Tributos retidos na fonte	Provisão para perdas sobre créditos (*)	2017
	2016	2017					
Assistência médico hospitalar	7.290	66.220	(612)	(58.724)	(3.395)	(5.143)	5.636
Saúde coletivo	7.290	66.220	(612)	(58.724)	(3.395)	(5.143)	5.636
Assistência odontológica	239	3.869	-	(3.470)	-	(32)	606
Individual	14	13	-	(26)	-	-	1
Coletivo	225	3.856	-	(3.444)	-	(32)	605
Total	7.529	70.089	(612)	(62.194)	(3.395)	(5.175)	6.242

(*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa nº 3c ii.

c) Composição por idade dos saldos

	2018	2017
A vencer	4.520	4.815
Vencidos de 01 a 30 dias	225	941
Vencidos de 31 a 60 dias	1	291
Vencidos de 61 a 90 dias	-	195
Total	4.746	6.242

7. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2018	2017
Outros títulos a receber	1.566	875
Compartilhamento - nota explicativa nº 14	336	126
Adiantamentos a funcionários	47	86
Adiantamentos PLR	63	65
Outros créditos a receber	60	60
Adiantamentos diversos	7	7
Total	2.079	1.219

8. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	2018			Total
	Eventos Saúde	Eventos Odontológicos	PEONA	
Saldo inicial	4.467	44	304	4.815
Eventos conhecidos ou avisados	55.414	1.195	-	56.609
Eventos pagos	(54.695)	(1.199)	-	(55.894)
Variação de impostos retidos	(17)	-	-	(17)
Variação de PEONA	-	-	(17)	(17)
Saldo final	5.169	40	287	5.496
	2017			Total
	Eventos Saúde	Eventos Odontológicos	PEONA	
Saldo inicial	6.497	62	336	6.895
Eventos conhecidos ou avisados	61.337	1.258	-	62.595
Eventos pagos	(63.266)	(1.276)	-	(64.542)
Variação de impostos retidos	(101)	-	-	(101)
Variação de PEONA	-	-	(32)	(32)
Saldo final	4.467	44	304	4.815

9. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE:

	2018	2017
Total das provisões técnicas	5.496	4.815
Provisão de eventos a liquidar (*)	(5.169)	(4.467)
Total a ser coberto (A)	327	348
Total dado em cobertura (B)	3.945	3.735
Suficiência (B) - (A)	3.618	3.387

(*) De acordo com a RN ANS nº 392/2015 e alterações subsequentes, não há obrigatoriedade de vinculação de ativos garantidores para a cobertura do montante contabilizado a título de eventos contabilizados e ainda não pagos que tenham como contrapartida créditos de operações com planos de assistência à saúde decorrente de contratos de seguro.

10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2018	2017
Tributos e contribuições		
ISS	204	87
Contribuições previdenciárias	16	59
FGTS a recolher	-	22
PIS/COFINS	24	-
Subtotal	244	168
Retenções de impostos		
IRRF	117	72
Contribuições previdenciárias retidas	31	32
COFINS retido	1.221	20
ISS retido	233	10
CSLL retida	410	7
PIS retido	264	4
Subtotal	2.276	145
Total	2.520	313

11. DÉBITOS DIVERSOS

	2018	2017
Fornecedores	713	1.675
Outros débitos a pagar	131	1.549
Obrigações com pessoal	693	707
Contas a pagar - nota explicativa nº 14	254	273
Depósitos de terceiros	22	11
Total	1.813	4.215

12. PROVISÕES JUDICIAIS

	2018		2017	
	Quantidade	Valor da causa	Quantidade	Valor da causa
Cíveis				
Provável	-	-	-	-
Possível	17	545	715	582
Remota	1	-	2	-
Total	18	545	715	582

Referem-se à estimativa de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Operadora. Não existem em curso passivos contingentes relevantes para os quais as chances de perdas sejam prováveis.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 75.500, representado por 75.500.000 quotas (R\$ 64.500 e 64.500 quotas em 2017). Em 05 de novembro de 2018 houve aumento de capital no montante de R\$ 11.000 passando de R\$ 64.500 para R\$ 75.500, distribuído em 75.500.000 quotas no valor nominal de R\$ 1 cada, conforme 14ª Alteração do Contrato Social. **b) Dividendos e remunerações aos acionistas:** Conforme Contrato Social, os sócios poderão distribuir lucros mensalmente, em proporções diferentes às respectivas participações no capital social, sem prejuízos apurados das mesmas, obedecidas as disposições legais pertinentes, sendo que o lucro residual ou o prejuízo no encerramento de cada exercício social será distribuído ou suportado na proporção estabelecida pelos sócios. **c) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para o aumento de capital social. **d) Reserva estatutária:** Conforme previsto no Contrato Social a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, é transferida para a conta de reservas estatutárias.

14. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	2018	2017
a) Contraprestações líquidas	62.136	69.477
Planos coletivos pós-estabelecidos	58.764	65.608
Planos odontológicos	3.372	3.869
b) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(1.382)	(1.782)
ISS	(1.077)	(1.366)
COFINS	(262)	(358)
PIS	(43)	(58)
c) Eventos conhecidos ou avisados	(56.609)	(62.595)
Internações	(30.505)	(33.612)
Exames	(10.543)	(9.863)
Consultas	(4.406)	(3.690)
Odontológicos	(1.196)	(1.258)
Terapias	(1.180)	(1.060)
Atendimentos ambulatoriais	(7.191)	(7.625)
Outros	(1.588)	(5.487)
d) Despesas administrativas	(14.333)	(17.160)
Despesas com pessoal próprio	(3.869)	(4.850)
Despesas com serviços de terceiros	(9.367)	(10.055)
Despesas com localização e funcionamento	(522)	(1.311)
Despesas com publicidade e propaganda	(12)	(110)
Despesas administrativas diversas	(563)	(834)
e) Despesas com tributos	(648)	(529)
Impostos federais/estaduais/municipais	(267)	(110)
Despesas com contribuições	(206)	(229)
Despesas com taxa de saúde suplementar	(175)	(190)
f) Resultado financeiro	6	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

b) Créditos tributários e previdenciários: Os créditos tributários são representados por impostos retidos sobre Notas Fiscais emitidas e não compensadas em decorrência ao faturamento reduzido e prejuízo apresentado no decorrer dos anos.

	2017	Constituições	Reversões	2018
Tributos a compensar	15	-	-	15
Total circulante	15	-	-	15
PIS/COFINS a compensar	2.852	120	-	2.972
IRPJ a compensar	2.498	345	-	2.843
CSLL a compensar	1.031	114	-	1.146
Total não circulante	6.381	580	-	6.961
Total do ativo	6.396	580	-	6.976

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Operadora, empresas que compõem o GRUPO MAPFRE, seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados. Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

	2018	2017
Ativo circulante	286	4.547
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	9	346
Brasileiros Companhia de Seguros	Coligadas	9
CESVI Brasil - Centro de Experimentação e Segurança Viária Ltda.	Coligadas	2
MAC Investimentos S.A.	Coligadas	1
MAPFRE Assistência Ltda.	Coligadas	8
MAPFRE Brasil Participações S.A.	Coligadas	2
MAPFRE Capitalização S.A.	Coligadas	2
MAPFRE Investimentos Ltda.	Coligadas	1
MAPFRE Previdência S.A.	Coligadas	2
MAPFRE Seguros Gerais S.A.	Coligadas	256
MAPFRE Solutions Ltda.	Coligadas	-
MAPFRE Vida S.A.	Coligadas	2
PROTENSEG Corretora de Seguros Ltda.	Coligadas	-
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda.	Acionista	1
Outros valores e bens - Compartilhamento (*)	336	126
CESVI Brasil - Centro de Experimentação e Segurança Viária Ltda.	Coligadas	39
MAC Investimentos S.A.	Coligadas	52
MAPFRE Assistência Ltda.	Coligadas	107
MAPFRE Brasil Participações S.A.	Coligadas	45
MAPFRE Capitalização S.A.	Coligadas	24
MAPFRE Holding do Brasil Ltda.	Acionista	25
MAPFRE Investimentos Ltda.	Coligadas	44
Total do ativo	622	4.673
Passivo circulante	254	273
Débitos diversos - Compartilhamento (*)	-	23
MAC Investimentos S.A.	Coligadas	-
MAPFRE Assistência Ltda.	Coligadas	2
MAPFRE Capitalização S.A.	Coligadas	25
MAPFRE Previdência S.A.	Coligadas	161
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda.	Acionista	66
Total do passivo	254	273
Resultado	41.411	46.019
Contraprestações líquidas	5.059	3.131
Brasileiros Companhia de Seguros	Coligadas	5.059
CESVI Brasil - Centro de Experimentação e Segurança Viária Ltda.	Coligadas	932
MAC Investimentos S.A.	Coligadas	271
MAPFRE Assistência Ltda.	Coligadas	5.957
MAPFRE Brasil Participações S.A.	Coligadas	389
MAPFRE Capitalização S.A.	Coligadas	1.277
MAPFRE Investimentos e Participações	Coligadas	447
MAPFRE Previdência S.A.	Coligadas	1.680
MAPFRE Seguros Gerais S.A.	Coligadas	22.047
MAPFRE Solutions Ltda.	Coligadas	94
MAPFRE Vida S.A.	Coligadas	3.061

PROTENSEG Corretora de Seguros Ltda.	Coligadas	62	167
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda.	Acionista	135	97
MAC Investimentos S.A.	Coligadas	135	97
Despesas administrativas - Compartilhamento (*)		(420)	(664)
CESVI Brasil - Centro de Experimentação e Segurança Viária Ltda.	Coligadas	343	200
MAC Investimentos S.A.	Coligadas	(203)	(169)
MAPFRE Assistência Ltda.	Coligadas	255	265
MAPFRE Brasil Participações S.A.	Coligadas	190	574
MAPFRE Capitalização S.A.	Coligadas	(152)	(202)
MAPFRE Holding do Brasil Ltda.	Acionista	(39)	7
MAPFRE Investimentos e Participações	Coligadas	3	2
MAPFRE Investimentos Ltda.	Coligadas	167	(7)
MAPFRE Previdência S.A.	Coligadas	(198)	(639)
PROTENSEG Corretora de Seguros Ltda.	Coligadas	3	7
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda.	Acionista	(789)	(702)
Total do resultado		40.991	45.355

(*) Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada empresa, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da MAPFRE Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: **a)** administração financeira; **b)** tecnologia da informação; **c)** administração; **d)** jurídico; **e)** recursos humanos; **f)** marketing; e **g)** corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO MAPFRE.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração: É contabilizada na rubrica "Despesas administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

Os benefícios de curto prazo providos aos administradores foram de R\$ 615 (R\$ 1.020 em 2017).

17. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Conciliação do lucro líquido com as atividades operacionais

	2018	2017
Atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(10.963)	(21.892)
Ajustes para:	451	5.473
Depreciações e amortizações	294	298
Provisão para riscos sobre créditos	157	5.175
Varição nas contas patrimoniais:	1.262	(11.649)
Ativos financeiros - aplicações	893	(5.266)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	1.339	(3.888)
Créditos de operações não relacionados com planos de assistência à saúde	(18)	91
Créditos tributários e previdenciários	(580)	(2.612)
Outros valores e bens	(860)	631
Ativo fiscal diferido	-	112
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	681	(2.080)
Débitos de operações de assistência à saúde não relacionada com planos de saúde da operadora	2	(7)
Tributos e encargos sociais a recolher	2.207	37
Débitos diversos	(2.402)	1.333
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(9.250)	(28.068)
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:	510	77
Imobilizado	-	-
Intangível	510	77
Pagamento pela compra:	(213)	(114)
Imobilizado	-	(31)
Intangível	(213)	(83)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	297	(37)
Atividades de financiamento	-	-
Aumento de capital	11.000	27.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	11.000	27.000
Aumento/diminuição líquido de caixa	2.047	(1.105)
Caixa no início do exercício	60	1.165
Caixa no final do exercício	2.107	60

DIRETORIA				
	Francisco Eugenio Labourt	Maurício Galian	Miguel Gómez Bermúdez	Raphael de Luca Júnior
				Renato Fernandes
CONTADORA				
	Daniele Gomes Yoshida - CRC 1SP 255783/O-1			Vera Lúcia Fernandes Lopes - MIBA 817

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

O Comitê de Auditoria foi instituído dentro das melhores práticas de Governança Corporativa, visando atender plenamente as exigências da legislação vigente.

O Comitê é composto por 3 membros eleitos em Assembleia Geral Extraordinária de 31 de agosto de 2016, sendo estes profissionais independentes e conhecedores das normas da Superintendência de Seguros Privados, e do ordenamento jurídico brasileiro.

O Comitê no exercício de suas principais atribuições tomou conhecimento do sistema de controles internos, dos processos de gestão de riscos e de monitoramento de fraudes e efetuou o acompanhamento dessas rotinas como atividade permanente do Comitê, com base nas manifestações e reuniões com os Auditores Internos e Independentes.

Acompanhou o processo de elaboração das demonstrações financeiras das Companhias, mediante reuniões com os administradores e responsáveis da KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela execução da auditoria, das demonstrações contábeis, conforme normas vigentes. Seu parecer deve assegurar que as referidas demonstrações contábeis representem, adequadamente, a posição patrimonial e financeira das Companhias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Legislação Societária Brasileira, normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da **MAPFRE Saúde Ltda.**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Saúde Ltda. ("Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Operadora em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Operadora e continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

O Comitê reuniu-se com os principais executivos das Companhias, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias de negócios, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações.

Conclusões

Com base nas ações desenvolvidas diretamente pelo Comitê, bem como fundamentado nas suas revisões e avaliações, o Comitê de Auditoria da MAPFRE Saúde Ltda., entende que as suas demonstrações financeiras, acompanhadas pelas notas explicativas para o período findo em 31 de dezembro de 2018, auditadas pela KPMG Auditores Independentes estão adequadas e foram elaboradas de acordo com as normas legais aplicáveis e refletem, nos aspectos mais relevantes, a situação patrimonial e financeira das empresas.

São Paulo (SP), 26 de março de 2019

Nilton Maia Sampaio Coordenador	Rogério Soares Membro Titular	Mario Teixeira de Almeida Rossi Membro Titular
-------------------------------------------	-----------------------------------------	----------------------------------------------------------

Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antônio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0